



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório de Audiência

**Dia:** 26 de Janeiro de 2011

**Hora:** 14h30

**N.º** 47/XI (1.ª)

**ENTIDADE:** Fiequimetal – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgica, Química, Farmacêutica, Eléctrica, Energia e Minas, representada por Hugo Bastos e Hélder Guerreiro

**ASSUNTO:** Exposição sobre a situação vivida na Petrogal, na sequência da greve ocorrida entre os dias 19 e 22 de Abril de 2010

**Recebida pelos Senhores Deputados Anabela Freitas (PS), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).**

Os requerentes da audiência – que foi integralmente gravada e se encontra disponível para consulta reiteraram as preocupações já expressas no pedido de audiência oportunamente apresentado. Em síntese, referiram que, tendo ocorrido uma greve de três dias em Abril de 2010, os trabalhadores sofreram diversas consequências e represálias, entre as quais se contam ameaças de despedimento e processos disciplinares, ofensas verbais e assédio moral e descontos abusivos de dias, em número superior aos dias de greve.

Na sequência do ocorrido, foram feitas participações à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), ao Senhor Provedor de Justiça e à Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social. De igual forma, foram ainda intentados processos judiciais contra os descontos abusivos efectuados pela Petrogal. As acções continuam pendentes.

Os Senhores Deputados entrevistaram, agradecendo a exposição feita e salientando a importância da Assembleia da República ter conhecimento deste tipo de situações. Acrescentaram que, tendo havido já intervenção da ACT e do Ministério, e encontrando-se os casos em Tribunal, se encontrava já esgotada a intervenção institucional do Parlamento. Ainda assim, solicitaram que os requerentes fossem dando conta dos ulteriores desenvolvimentos da situação, no sentido de se aferir da legalidade do comportamento da entidade empregadora.



Os requerentes agradeceram a audiência e solicitaram que lhes fosse dado conhecimento do presente Relatório, bem como das posições dos diversos Grupos Parlamentares face à situação exposta.

Acrescentaram que, sendo o Parlamento um órgão legislativo, deveria legislar no sentido de evitar que as administrações pudessem privar os trabalhadores dos seus direitos, vendo-se estes obrigados a recorrer a Tribunal, com os custos e dilação daí decorrentes. Defenderam que deveria haver uma inversão de lógica, em que os empregadores fossem obrigados a recorrer a Tribunal, antes de poderem ser efectuados descontos ou aplicadas sanções disciplinares.

**Conclusão:** Foi deliberado elaborar Relatório de audiência a ser presente à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública. O Relatório, em conjunto com a acta da reunião em que venha a ser aprovado, deverá ser posteriormente enviado aos requerentes.

Palácio de São Bento, em 27 de Janeiro de 2011.

A DEPUTADA DO PS,



(Anabela Freitas)

**Em anexo:** documentação entregue pelos requerentes da audiência.